

Ibef prevê aumento da inadimplência

O Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (Ibef) prevê novos problemas com a inadimplência no próximo ano. Nas projeções de sua diretoria, a expectativa é de que o calote chegue a 10% ou 15% dos empréstimos bancários do sistema.

Há um risco potencial ainda maior. Com a proliferação do cheque pré-datado, o endividamento do brasileiro está se tornando perigoso, porque passa a ser formado pelo pagamento de gastos corriqueiros, como abastecer o carro e comprar alimento. "Estamos vivendo na ilusão de que o amanhã resolve", afirma Luiz Gonzaga Murat Junior, diretor financeiro da Sadia e Executivo de Finanças do Ano do Ibef.

O tombo talvez não seja tão grande porque parte dos consumidores ficou mais cautelosa depois da crise de inadimplência de 1995. Os bancos e o comércio também estão mais restritivos. Mesmo assim, as empresas precisam oferecer crédito para sustentar seus negócios, e existe maior concorrência entre os financiadores, segundo informou a Agência Globo.

O desemprego deve sustentar o pessimismo do Ibef em relação à possibilidade de queda na inadimplência. O instituto prevê que mais brasileiros perderão o emprego em 1997, por três fatores: a continuidade dos ajustes no setor privado



Rubens Tafner

para redução de custos, o corte de pessoal no setor público para diminuição do déficit público e os avanços na privatização.

A economia não vai crescer o suficiente para servir de compensação. O produto Interno Bruto (PIB) aumentará no máximo 4%, segundo o Ibef. O presidente do instituto, Rubens Tafner, diz que a expansão da economia depende do desempenho da balança comercial. Como o próprio governo admite, a previsão é de que continue a haver saldos negativos ao longo do ano.

Tafner acredita que, com algum efeito das medidas de estímulo às exportações, o déficit fique entre US\$ 4,5 bilhões e US\$ 5 bilhões, o que não será muito diferente do resultado deste ano.

Os investimentos estrangeiros di-

retos subirão um pouco, para US\$ 9 bilhões a US\$ 10 bilhões. Há um paradoxo nas medidas do governo relativas às exportações. Recentemente, foi retirada a isenção do Imposto de Renda sobre o juro das captações externas que os bancos

fazem para lastrear o financiamento de exportação. Sergio de Freitas, vice-presidente do Itaú, diz que se a medida for confirmada, representará um aumento significativo no custo dos exportadores. Mas ele acredita que houve algum equívoco.